AÇÕES EDUCATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO BRASIL

ELOIR MARQUES DA SILVA

RESUMO

Introdução: O presente estudo aborda a necessidade de ações educativas baseadas em novas tecnologias para melhor atuação da vigilância sanitária no Brasil e também a necessidade de um maior número de participação da comunidade para evoluir junto com o campo emergente da saúde móvel e digital. Construir a confiança do público por meio de fortes estratégias de comunicação em todos os canais digitais e demonstrar um compromisso com a privacidade proporcional. **Objetivo**: O presente artigo tem como objetivo a educação em saúde (ES) e a contribuição para a prevenção de doenças na população, com o intuito da Prevenção de Doenças (PD), ramificando-se na abordagem de seus conceitos, bem como destacando as bases legais que asseguram a ES à população. **Método**: Para tanto, o estudo foi realizado por meio de revisão da literatura pelos sites de busca "Google Acadêmico", "*Scielo*" e "PubMed". Por meio dos descritores: Educação em saúde; Vigilância Sanitária; Educação em saúde como prevenção de doenças; Educação em saúde da população, onde foram escolhidos estudos que apresentassem o tema de educação a saúde pública. **Resultados**: dessa maneira espera-se que a educação forneça o autoconhecimento e reflexão sobre a própria saúde, bem como a plena consciência de que algo vai mal, atribuindo a reflexão crítica do sujeito quanto aos seus hábitos e medidas preventivas. Aplicado por meio de programas governamentais em centros de saúde, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre medidas preventivas e promover uma melhor qualidade de vida, evitando assim a propagação da doença, tendo a Vigilância sanitária funcionando de maneira eficiente em sua totalidade.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Educação; Saúde; Tecnologias; Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo demonstra a atuação da vigilância em saúde como um dos papéis essenciais da saúde pública no Brasil. A vigilância é a coleta e uso sistemático de informações epidemiológicas para planejamento, implementação e avaliação do controle de doenças. Dessa maneira é uma ferramenta de informação para ação.

Assim, é relevante questionar: Qual importância de novas tecnologias como estratégias de atuação da vigilância sanitária no Brasil? Em função da Vigilância em Saúde ser capaz de examinar o contexto das condições de vida e saúde das pessoas para organizar intervenções de promoção e proteção da saúde e prevenção de doenças, intervenções que abordem causas, riscos e doenças. A ação da Vigilância Sanitária deve ser realizada em vários níveis: coordenação nacional capaz de influenciar as políticas e os mecanismos reguladores de todos os setores econômicos, sociais e ambientais que se relacionam com a saúde, rede de atenção à saúde, considerando todos os seus dispositivos e pontos de atenção, sociedade, integrada aos territórios.

Logo, o estudo justifica-se em função da necessidade do surgimento de ações

DOI: 10.51161/conasc/18868

educativas ligadas a tecnologia para melhor atuação da vigilância sanitária bem como ações educativas em saúde, pois a integração a informação é o elemento fundador da organização de uma intervenção de promoção e proteção da saúde e prevenção de doenças e a informação em vigilância sanitária é um bem público que precisa estar disponível gratuitamente e de fácil acesso para toda a sociedade.

O objetivo visa compreender os problemas a serem resolvidos no desenvolvimento da Vigilância em Saúde no SUS devido a necessidade de se estabelecer um sistema de monitoramento qualificado como intervenção capaz de favorecer efetivamente a atuação da vigilância em saúde. O processo de avaliação da vigilância nos territórios deve construir pontes teórico-práticas entre as abordagens e as metodologias e tecnologias utilizadas avaliando sua coerência e eficácia em relação aos princípios do SUS e das políticas e agendas de promoção da saúde, valorizando o empoderamento da população local e o aumento autonomia da comunidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica no qual esse método resulta na busca por artigos científicos, revista e jornais eletrônicos que são baseados em evidências e intervenções com o propósito de enriquecer o meio acadêmico sintetizar os resultados justificando a importância de ações educativas como estratégia de atuação da vigilância sanitária no Brasil.

Logo, a presente revisão bibliografica compreende em 1) definir a questão que norteará a revisão; 2) estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos artigos; 3) categorizar os estudos; 4) analisar criteriosamente os estudos inclusos; 5) interpretar os resultados; 6) apresentar os resultados. Assim, em uma revisão bibliografica o autor sintetiza várias fontes em conjunto para apresentar os principais temas, argumentos e teorias em torno de um tópico fornecendo uma oportunidade de revisar e analisar fontes individuais antes de organizá-las em torno de denominadores comuns encontrados. Posteriormente avaliará e sintetizará os estudos existentes relacionados à questão da pesquisa.

O presente estudo buscará estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos artigos, categoriza-los, analisar criteriosamente, interpretar os resultados e apresentar os resultados. A seleção dos estudos obteve a amostra a partir de critérios de inclusão que basearam- se em: artigos publicados no período de 2018 a 2023 em português que apresentassem textos completos na íntegra e publicações que respondessem ao tema proposto. Foram excluídos deste estudo: artigos na forma de resumos, relatos de casos, dissertações, teses, publicações não correspondentes ao período e artigos repetidos em uma das outras bases de dados pesquisadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora o conceito de usar dados para rastrear epidemias remonte pelo menos ao antigo Egito usar dados de mortalidade e morbidade para orientar explicitamente as ações de saúde pública levou mais tempo para ser alcançado. Algumas estimativas datam seu surgimento no século XIV com a invenção da quarentena para evitar a propagação da peste negra. Apesar dessa longa história o desafio de muitos países (independentemente do nível de renda) tem sido equilibrar os investimentos em infraestrutura e recursos humanos necessários para realizar a vigilância, fornecer serviços essenciais para atender às necessidades atuais de saúde e investir em ações para prevenir novos uns (MARTINS et al., 2020).

O Brasil tem uma rica história de vigilância epidemiológica e de saúde pública e experimentou uma aceleração significativa de esforços desde a virada do século.

DOI: 10.51161/conasc/18868

Investimentos essenciais foram feitos para melhorar a integridade e precisão das estatísticas vitais juntamente com o lançamento de novos métodos e abordagens para monitorar doenças não transmissíveis, lesões e fatores de risco comportamentais. Muitos estudos demonstram a amplitude e o escopo desses esforços ilustram como esses dados podem ser levados para examinar uma série de questões importantes e sugerem crescente sofisticação em métodos e abordagens, especialmente na última década (MARTINS et al., 2020).

Dentre as realizações recentes destacam-se o uso sistemático e regular de pesquisas de fatores de risco comportamentais, como o Vigitel, para capturar mudanças nas taxas de prevalência de comportamentos e riscos à saúde, notificação universal de eventos significativos (como violência interpessoal), uso de dados administrativos (emergência dados de quartos e hospitais para rastreamento de lesões), bem como técnicas de vinculação de dados e captura-recaptura para permitir o exame de casos em sistemas de informação. Muitos estudos demonstram claramente como esses esforços de vigilância fazem parte das estratégias nacionais para identificar e abordar a saúde e outras desigualdades sociais (ANDRADE et al., 2020).

Embora impressionantes, as experiências no Brasil e em outros lugares sugerem que essas conquistas continuarão sendo bem-sucedidas enquanto forem ativamente apoiadas. Com muita frequência esforços bem-sucedidos de saúde pública em todo o mundo foram comprometidos, um tanto paradoxalmente como uma reação a uma sensação de que eles já cumpriram seu propósito, devido à mudança de prioridades políticas e financeiras. De fato, tendo como pano de fundo o rápido envelhecimento da população brasileira o aumento dos fatores de risco para doenças crônicas como a obesidade e o aumento das taxas de lesões relacionadas ao transporte e outros tipos de lesões é provável que mais recursos sejam necessários à medida que as necessidades da população se tornam cada vez mais complexas (RABELO; MARQUES, 2020).

Para tanto, os principais desafios para a vigilância em saúde pública no Brasil provavelmente incluirão a necessidade de continuar a combinar a vigilância e outros dados de rotina com o monitoramento, avaliação e melhoria contínua das políticas e programas de saúde pública com novas tecnologias. Essa vinculação demonstra a natureza essencial da vigilância no funcionamento eficiente e eficaz de um sistema nacional de saúde pública como o SUS. O desenvolvimento de novos sistemas de informação (como registros eletrônicos de saúde) exigirá a construção de comparabilidade e interoperabilidade para aumentar seu potencial para melhorar a saúde (RABELO; MARQUES, 2020).

Também é provável que novas abordagens sejam necessárias para coletar dados de vigilância em tempo real por meio de mídias sociais, *crowdsourcing* (terceirização coletiva) e análise de *big data*. Essas abordagens têm sido particularmente úteis em grandes eventos e para alcançar populações vulneráveis e outras populações-chave que podem não ser facilmente identificadas por meio de variáveis demográficas padrão. Enquanto isso, novos sistemas podem ser necessários para lidar com desafios emergentes como rastrear o uso (devido e indevido) de medicamentos prescritos enquanto os sistemas existentes podem precisar ser expandidos para incorporar a vigilância de outras condições como a saúde mental (ANDRADE et al., 2020).

Os novos sistemas surgem com a necessidade de aumentar o vínculo entre as abordagens de vigilância reforçadas e a divulgação de informações para as autoridades de saúde pública e o público em geral. Esses esforços são essenciais para manter os investimentos nos próprios sistemas de vigilância, bem como nos recursos humanos e tecnologias necessários para projetar, coletar e analisar dados.

O monitoramento da saúde deve ser inserido em todos os lugares diariamente as equipes de saúde da atenção primária devem desenvolver habilidades planejamento e planejamento para organizar serviços e aumentar o acesso da população a diferentes

DOI: 10.51161/conasc/18868

atividades e ações de saúde por meio de operações de saúde planejadas.

Atualmente, políticas públicas, ações governamentais e diferentes programas de Educação em Saúde (ES) são realizados em prol da saúde da população. Quanto à questão da ES, trata-se de uma questão multifacetada, convergente para várias concepções pessoais, seja na área da educação ou da saúde, que pode originar entendimentos divergentes.

A Educação em Saúde (ES) é uma prática social cujo processo de aprendizagem contribui para a formação de uma consciência pessoal crítica sobre seus próprios problemas de saúde fazendo com que o cidadão reflita sobre sua realidade e, a partir dela, busque soluções e organização em prol de sua saúde e bem-estar coletivo resultando em uma Promoção da Saúde (PS).

As origens e concepções da PS começaram com o advento da ES no início do século XX através da observação da diminuição dos índices de doenças decorrente das práticas educativas realizadas pelos "higienistas" da época. Naquela época o significado de PS era atribuído às ações da ES visando uma melhor qualidade de vida. No entanto, o SE atualmente possui uma característica ampliada, pois é considerado um dos principais dispositivos para a viabilização da PS levando ao desenvolvimento da responsabilidade individual e prevenção de doenças (OLIVEIRA; IANNI, 2018).

A vigilância epidemiológica, que visa promover a detecção e prevenção das doenças transmissíveis e seus fatores de risco, bem como a elaboração de estudos e normas para as ações de vigilância epidemiológica, são essenciais para uma ação efetiva do SUS como planejar, monitorar e padronizar as técnicas de imunização no Estado, instituir, desenvolver, implementar, capacitar, coordenar e avaliar ações de vigilância epidemiológica e assistencial, com vistas à integração constante com a Atenção Básica (AB) visando à troca de informações e execução eficiente do plano proposto tendo como meta a identificação de riscos fatores, ações preventivas com vacinação, foco no diagnóstico precoce, contenção de surtos e oferta de tratamento adequado (OLIVEIRA; IANNI, 2018).

Em tempos de pandemias em que há um elevado impacto na saúde pública devido ao elevado número de casos num curto espaço de tempo com um maior número de pessoas infetadas o país consegue (re)organizar as práticas de saúde que podem fornecer rapidamente assistência à população, desde a prevenção e promoção até ações voltadas ao tratamento, controle, cura e reabilitação (PALÁCIO; TAKENAMI, 2020).

Nesse entendimento, são necessários planos de preparação para enfrentar as pandemias tornando importante distribuir as responsabilidades de todos os setores da sociedade brasileira. Cabe à população, em caso de pandemia, seguir as orientações das autoridades de saúde, como contenção e mitigação. A fase de contenção refere-se à identificação precoce, tratamento e isolamento de casos e acompanhamento de contatos próximos. Já a fase de Mitigação consiste em monitorar a situação epidemiológica e priorizar o atendimento aos casos graves ou com potencial de complicações (PALÁCIO; TAKENAMI, 2020).

O SUS deve buscar garantias para o melhor atendimento à população brasileira e a todos que estão em seu território. Nessa linha, busca uma estratégia para desenvolver ações que vão desde práticas não farmacológicas voltadas ao empoderamento da população até pesquisas para novas descobertas, como medicamentos e vacinas.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo manter o debate científico, bem como a divulgação da ciência, sendo a educação outro tema em discussão. Isso implica estimular os profissionais a trabalharem na organização e execução do processo de educação em saúde, bem como atualizarem-se para as novas tecnologias.

DOI: 10.51161/conasc/18868

A função dos sistemas de saúde pública é compreender e responder às tendências de saúde que afetam as populações. Isso se dá por meio da vigilância em saúde pública, ou seja, da coleta e análise contínuas de indicadores de saúde da população. A coleta de dados de vigilância tradicional pode ser complicada, cara e lenta, muitas vezes dependendo de fontes de dados extraídas digitalmente e em papel. Mídia social e *crowdsourcing* são fontes de dados que podem ser aproveitadas para dados de vigilância.

A pandemia do COVID-19 revelou a necessidade de fortalecer nossos sistemas de vigilância e resposta à saúde pública. Com a disponibilidade de dados públicos e avanços na coleta e análise, há uma oportunidade de fortalecer os sistemas de vigilância existentes as vantagens desses sistemas incluem método de coleta de dados mais eficaz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alane Martins; RODRIGUES, Julya da Silva; LYRA, Barbara Monteiro; COSTA, Jessica da Silva; BRAZ, Mariana Nunes do Amaral; DAL SASSO, Márcia Amaral; CAPUCHO, Helaine Carneiro. Evolução do programa nacional de segurança do paciente: uma análise dos dados públicos disponibilizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 8, n. 4, p. 37-46, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5705/570567431005/570567431005.pdf Acesso em: 12 de abr. de 2023.

MARTINS, Mary Anne Fontenele; BARCA, Danila Augusta Accioly Varella; BRITO, Rodrigo Lino de; FELISBERTO, Eronildo; SAMICO, Isabella Chagas. Indicadores para avaliação das ações de vigilância sanitária: uma revisão narrativa da literatura. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 8, n. 4, p. 134-144, 2020. Disponível em: https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1590/1269 Acesso em 16 de abr. 2023.

OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira; IANNI, Aurea Maria Zöllner. Caminhos para a vigilância sanitária: o desafio da fiscalização nos serviços de saúde. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 6, n. 3, p. 4-8, 2018. Disponível em: https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1114/489 Acesso em: 12 de abr. de 2023.

PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Em tempos de pandemia pela COVID-19: o desafio para a educação em saúde. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 8, n. 2, p. 10-15, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5705/570567430003/html/ Acesso em: 21 de abr. de 2023.

RABELO, Claudia Passos Guimarães; MARQUES, Cláudia Maria da Silva. Competências para atuação em vigilância sanitária: abordagem metodológica. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 8, n. 4, p. 3-13, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5705/570567431002/ Acesso em: 16 de abr. de 2023.

DOI: 10.51161/conasc/18868